

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A CAPACITAÇÃO DOCENTE: PERCURSOS E PERSPECTIVAS BRASIL: PERCURSOS E PERSPECTIVAS

Marta Luzzi¹
Themis Rondão Barbosa da Costa Silva²

RESUMO

As diretrizes educacionais adotadas por um governo promovem a estruturação dos diferentes níveis de ensino da educação de um país, repercutindo em mecanismos de ensino e aprendizagem no ambiente escolar. No ínterim desta complexa engrenagem, o docente apresenta-se como figura central para o sucesso da empreitada proposta e, no Brasil, é o Plano Nacional de Educação que apresenta metas dedicadas à formação de professores. Isto posto, temos como objetivo investigar a formação inicial e continuada de professores no Brasil, analisando as metas e estratégias propostas no Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) e identificando aspectos relevantes à formação docente face às novas necessidades de aprendizagem do cenário de diversidade social e de mudanças na comunicação e na construção de conhecimento da atualidade. Como metodologia, utilizamos a investigação bibliográfica e documental com o aporte de um banco de dados múltiplo, seguido de análise inferencial e relacional da base elencada. Os resultados que encontramos apontam importantes reflexões acerca das políticas públicas para a formação de professores e suas relações histórico-sociais. Concluímos que o atendimento das necessidades educacionais do cenário brasileiro perpassa por discussão e implementação das diretrizes oficiais para a educação, além de constante revisão e acompanhamento da capacitação e formação, inicial e continuada, do corpo docente.

Palavras-chaves: PNE. Professores. Educação. Capacitação. Formação.

THE NATIONAL PLAN OF EDUCATION AND TEACHERS' EDUCATION: PATHWAYS AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

The educational guidelines adopted by a government promote the structuring of the different levels of education in a country, with repercussions on teaching and learning mechanisms in the school environment. Inside of this complex gear, the teacher presents himself as a central figure for the success of the proposed project and, in Brazil, it is the National Plan of Education that presents goals dedicated to the teachers' education. The aim of this study is to investigate the initial and continuous training of teachers in Brazil, analyzing the goals and strategies proposed in the National Education Plan (PNE) (2014-2024). We also intend to identify the most important aspects related to teacher education associated with the new

¹ Professora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS/campus Campo Grande e membro do grupo de pesquisa NEBA – Núcleo de Estudos Bakhtinianos.

² Professora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS/campus Campo Grande.

learning needs from a scenario of social diversity, changes in communication and construction of knowledge of present-day. As a methodology, we used bibliographical and documentary research with the contribution of a comprehensive database, followed by inferential and relational analysis of the listed database. The results point out important reflections about the public policies for teachers' education and their historical-social correlations. We conclude that the attendance of the educational needs of the Brazilian scenario runs through discussion and implementation of the official guidelines for education, as well as constant revision and follow - up of the initial and continuous training of the teaching staff.

Keywords: PNE. Teachers. Education. Training. Formation.

INTRODUÇÃO

Políticas governamentais relacionadas à formação de professores são responsáveis pela articulação e estruturação dos diferentes níveis de ensino da educação brasileira, impactando dessa forma os processos de ensino e aprendizagem no cotidiano escolar. Neste contexto, a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas costuma recair na figura do professor, o que aponta a formação de professores como fator fundamental para a melhoria da qualidade do ensino.

Consciente de que as alterações sociais implicam mudanças no campo educacional, redimensionando o perfil de formação docente, temos o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) como norteador das políticas públicas educacionais brasileiras para os dez anos de sua vigência. Uma vez que um dos pilares fundamentais do Plano é a formação de professores, convém investigação dos percursos e perspectivas compreendidos em seu ínterim, visto que a capacitação docente constitui ferramenta essencial à concretização de suas metas.

O que propomos restringe-se compreensão das diretrizes apresentadas pelo Plano relacionadas a formação docente, focando no entendimento de suas relações com aspectos históricos e políticas públicas educacionais. A problemática central da discussão é: como suscitar reflexões sobre políticas públicas voltadas à capacitação docente em consonância com a conjuntura social do país e em conformidade com os anseios dos educandos?

Para dar resposta ao questionamento elencado, objetivamos investigar a formação inicial e continuada de professores no Brasil, analisando as metas e estratégias propostas no PNE (2014-2024) e identificando aspectos relevantes à formação docente face às novas necessidades de aprendizagem do cenário de diversidade social e de mudanças na comunicação e na construção de conhecimento da atualidade.

Como metodologia, optamos pelo uso de investigação bibliográfica e documental, debruçando-se sobre um banco de dados múltiplo, seguido de análise inferencial e relacional da base elencada.

Reiteramos que a pesquisa voltada para a formação/capacitação docente, sob o viés que apresentamos, busca fomentar reflexões nas variadas esferas de ações e planejamentos educacionais. cremos que é por meio do entendimento das particularidades que direcionam a formação profissional docente que um futuro escolar em sintonia com os desejos e necessidades das gerações por vir pode ser atingido. Assim, o debate e discussão do tema aqui posto deve ser inquietação e questionamento sempre presente em todos os educadores e demais indivíduos relacionados ao ensino e aprendizagem. Refletir sobre o futuro e caminhos a serem percorridos para o sucesso educacional brasileiro se faz necessária e este trabalho vem auxiliar na incursão de mais e mais pesquisadores a esta causa, a da capacitação docente.

O percurso da formação de professores no Brasil

As políticas de capacitação docente operacionalizadas pelo governo brasileiro foram repensadas a partir da ocorrência de dois importantes eventos: A Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996). A partir das recomendações acordadas na primeira que passamos a um norteamento de estratégias e prioridades educacionais, das quais destacamos:

[...] a universalização da educação básica, o desenvolvimento das necessidades básicas de aprendizagem de todas as pessoas, uma educação ao longo da vida, redução das taxas de analfabetismo, eliminação de atitudes discriminatórias e a capacitação dos professores para atuar na educação básica. (RODRIGUES; ARAÚJO, 2005, p. 3).

A “educação para todos” trouxe à tona discussões sobre propostas educacionais realizadas a partir de orientações de organismos internacionais, em especial, as diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial – BM, maior provedor de recursos financeiros destinados à educação. Essas diretrizes são rebatidas, pois “[...] não levam em consideração a heterogeneidade entre os países, reforçando a homogeneização e a prescrição de pacotes que se apresentam quase sempre como propostas inovadoras, mas que são na verdade retrógradas e conservadoras” (RODRIGUES; ARAÚJO, 2005, p. 4), desaconselhando investimentos em formação continuada e favorecendo na formação expressa e rápida, priorizando a capacitação em serviço e uso da modalidade educação a distância – EaD.

Ao observarmos a atual política educacional de formação de professores no Brasil, é notória a semelhança entre as decisões dos gestores do sistema educacional e as propostas de formação de professores presentes nos documentos do BM (TOSCHI, 2000).

O grande marco impulsionador das discussões sobre a organização e o desenvolvimento dos cursos de graduação do país, ou seja, ponto crucial para a reforma educacional brasileira foi a aprovação da LDB 9.394/96. Contudo, foi a partir da alteração sofrida através da promulgação da Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que emergiu uma tentativa do poder público de incidir mais diretamente na formação docente, sinalizando a importância assumida pelo tema no contexto da educação brasileira, versando que a capacitação docente deva basear-se em: “Formação inicial sólida, associação entre teoria e prática; e, aproveitamento da formação e das experiências anteriores” (ROCHA apud BEMFICA; TEIXEIRA; AMORIM, 2017, p. 10).

A LDB 9.394/96 também destacou a exigência de nível superior para os professores da educação básica e fixou disposições transitórias com prazo máximo de dez anos para adequação dos sistemas de ensino às novas normas. A Lei foi elaborada com foco no contexto, a fim de atender às demandas sociais, culturais e do mercado econômico da época e representou momento de transição significativo para a educação brasileira.

Em 1999, o Conselho Nacional de Educação – CNE publicou a Resolução CP nº 1/99, que

[...] trouxe em seu artigo 1º, a nova proposta de estrutura formativa contida na LDB e, nos arts. 2º e 3º, que propôs um caráter orgânico para seu funcionamento e flexibilidade de organização e denominação. A Resolução trouxe também a preocupação com a qualidade do corpo docente para os ISEs, em seu art. 4º § 1º e incisos; colocou exigências maiores com relação à formação dos formadores, exigindo uma porcentagem com qualificação em nível de mestrado, doutorado, dedicação exclusiva e comprovada experiência na educação básica. (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011, p. 105).

Esta Resolução destacou ainda a necessidade da participação coletiva dos docentes na elaboração e avaliação do Projeto Pedagógico dos Cursos e “indicaram um novo momento nas perspectivas sobre a formação de professores, tanto na estrutura curricular, como na articulação formativa dos currículos e ainda na preocupação com a qualificação dos formadores de formadores, dos professores da Educação Básica” (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011, p. 106).

Em 2002 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, de Graduação em Licenciatura Plena, com foco no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos professores. As Diretrizes, elaboradas com o objetivo de orientar a organização curricular e o trabalho docente no ensino superior, apontaram, também, os seis eixos articuladores para a construção da matriz curricular dos cursos de licenciaturas. No mesmo ano, foi elaborada a Resolução CNE/CP 02/2002, estabelecendo carga horária mínima das principais disciplinas componentes desses cursos.

Em 2009, foi instituída a Política Nacional para a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica pelo Decreto 6.755/2009. Esse documento dispôs sobre a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o fomento a programas de formação inicial e continuada. A proposta consistiu em “organizar em regime de colaboração entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas de educação básica” (art. 1º, grifo nosso). Um dos objetivos estabelecidos foi o apoiar “a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de Educação Superior”. E pretendeu, ainda, equalizar nacionalmente as “oportunidades de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério” (art. 3º, incisos II e III).

Esta Política também previu a criação de Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação docente, com representantes de várias instituições, a fim de articular planos estratégicos a serem formulados em coparticipação, a partir de diagnósticos, assim como acompanhá-los e avaliá-los. A incumbência de aprovar o plano estratégico, apoiar as ações de formação por meio de concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa para professores, provendo auxílio a projetos relativos às ações propostas e aprovadas, como também o apoio financeiro aos estados, Distrito Federal, municípios e instituições públicas para a implementação dos projetos ficou a cargo do Ministério da Educação – MEC.

O Decreto propôs ainda a articulação entre as instituições de ensino superior e as redes de ensino da Educação Básica por meio de projetos fomentados pela CAPES. Citamos como exemplo o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, promovido pelo MEC e financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, via CAPES, que por meio da concessão de bolsas busca fomentar a iniciação à docência de estudantes dos cursos de licenciatura de instituições de educação superior e contribuir para a formação continuada dos professores da educação básica.

Na esteira da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica foi constituído, em 2009, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, objetivando estabelecer ações e metas para a qualificação dos professores brasileiros que ainda não possuem a formação considerada adequada ao trabalho que exercem.

Uma vez explorados os caminhos percorridos quanto a capacitação docente no país, convém adentrarmos aos pormenores da capacitação docente presentes no Plano Nacional de Educação e é isto que faremos no item a seguir.

O Plano Nacional de Educação e a formação de professores

O Plano Nacional de Educação - PNE, objeto da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em seu conjunto de vinte metas e respectivas estratégias, constitui-se um instrumento de planejamento que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas educacionais no Brasil, com objetivos e metas a serem executados nos próximos dez anos (de 2014 a 2024) para o ensino em todos os níveis.

De acordo com o Art. 7º dessa lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para o atingimento das metas e implementação das estratégias previstas no documento. O seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo MEC, pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo CNE e pelo Fórum Nacional de Educação.

O tema da formação de profissionais da educação básica é abordado nas Metas 15 e 16 do PNE, contudo, o assunto é recorrente no decorrer do texto do Plano. A Meta 15 (Formação de Professores) é:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação [...], assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014).

Já a Meta 16 (Formação Continuada e pós-graduação de professores) é:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de

atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014).

Feitas as observações acerca das definições e conteúdos do PNE com a capacitação docente, partimos ao próximo item, no qual apresentamos algumas considerações a fim de refletirmos sobre possíveis perspectivas para a formação de professores.

Perspectivas à capacitação docente

Ao pensarmos acerca da capacitação docente com qualidade e em conformidade com às necessidades dos educandos, considerando o contexto social, econômico e político do país faz-se necessário o cumprimento dos seguintes aspectos:

- que a Nação assuma a educação realmente como prioridade, comprovada nos ricos e importantes investimentos realizados na formação inicial e continuada (cultura geral, específica na área de conhecimentos, profissionalizante e formação pedagógica – “Didática”);
- que se dobre o valor do investimento do PIB (Produto Interno Bruto) na educação, para garantir a efetivação das políticas educacionais, para que sejam colocadas efetivamente em prática, ultrapassando o nível dos discursos políticos vazios existentes;
- que os currículos da formação docente possam subsidiar a abertura para a superação de paradigmas conservadores da modernidade, e possa adotar uma visão mais ampliada sobre a interdisciplinaridade, o trabalho em grupo, o processo de ensinagem na perspectiva da construção do conhecimento, a avaliação, a interdependência entre a teoria e a prática; tudo isso considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão;
- que os currículos dos cursos de formação de professores garantam a formação que contemple conteúdo, técnica (forma), formação pedagógica e, também, a formação política;
- que haja revisão dos investimentos na carreira do professor, com planos de carreira eficientes e garantia de salários dignos e valorização dos profissionais que se destacam na missão de ensinar;
- que o profissional docente tenha melhores condições de trabalho no cotidiano escolar: horas destinadas ao planejamento conjunto, ao estudo, à reflexão sobre a sua prática, à troca de experiências e à busca de estratégias e recursos inovadores;
- que se promova conscientização da sociedade como um todo, sobre o valor da educação para o país e, conseqüentemente, dos educadores que são os atores coadjuvantes desse processo. (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011, p. 109-110).

O sucesso nestes pontos promoveria avanços na formação de professores para além de Leis e Decretos, rumo a uma posição de efetiva educação responsável, com engajamento das variadas esferas envolvidas no ensino-aprendizagem.

Para além do comprometimento da nação com a causa da educação e subsequentes investimentos, assegurando-se verbas para a capacitação e formação continuada dos docentes, outro ponto importante é a valorização profissional, tanto no manejo da carreira docente, quanto na reversão do estereótipo negativo que a palavra “professor” assimilou com o passar dos anos. Dermeval Saviani (2009, p. 153) afirma que:

[...] a questão da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolvem a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos.

As reformulações com capacidade de impactos positivos para a capacitação docente e consequente melhoria do ensino e aprendizagem vigentes perpassam reformulações físicas, sociais e culturais. Advogamos pela criação de ambientes favoráveis à formação, estudo e execução do labor do educador, ultrapassando os limites de Leis e Decretos para o campo das ações sustentáveis e exequíveis no ambiente escolar.

Ao analisar criticamente as políticas e as práticas do sistema educacional brasileiro, verificamos que as políticas educacionais atuais encontram-se orientadas pelos valores do neoliberalismo, que reafirmam os preceitos de uma sociedade capitalista, excludente e seletiva. Se, por um lado, apresentam discursos democráticos e includentes, defendendo a democratização do acesso à escola; por outro, organizam-se sistemas duais de ensino: uma escola propedêutica para a elite – que garante o acesso dos alunos ao conhecimento científico e, portanto, o alcance dos cursos de graduação mais concorridos e que assegurem maior status social; e uma escola técnico profissionalizante para a maioria que pertence à classe menos abastada, com possibilidade de acesso aos cursos de graduação de menor status social, dentre estes, os cursos de Licenciatura, que formam professores. (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011, p. 108-109).

O que discutimos aqui não é a questão de debruçarmos sobre as ideologias intrínsecas aos modelos vigentes da educação em nosso país, mas sim destacar a condição central de uma Nação comprometida com a educação. Contudo, “[...] não se trata de colocar a educação em competição com outras áreas necessitadas, como saúde, segurança, estradas, desemprego, pobreza etc. Ao contrário, sendo eleita eixo do projeto de desenvolvimento nacional, a educação será a via escolhida para atacar de frente todos esses problemas” (SAVIANI, 2009, p. 154).

Pensando em perspectivas à educação docente lançamos nosso olhar a um amanhã, no qual ocorra uma ampliação da discussão sobre a importância da avaliação e acompanhamento das políticas públicas educacionais, principalmente no que concerne à formação de professores e que repense a formação inicial e continuada de professores de modo que a capacitação profissional resulte em um corpo docente apto ao atendimento das necessidades de aprendizagem dos estudantes do cenário brasileiro atual.

Contudo, para que este amanhã da educação desponte, as perspectivas à capacitação docente perpassam muito mais que a mudança comportamental do professor em sala de aula e reformulação das relações aluno-ensino-docente. Este amanhã reside em mudanças valorativas da profissão, tendo em vista que

[...] transformada a docência numa profissão atraente socialmente em razão da sensível melhoria salarial e das boas condições de trabalho, para ela serão atraídos muitos jovens dispostos a investir seus recursos, tempo e energias numa alta qualificação obtida em graduações de longa duração e em cursos de pós-graduação. Com um quadro de professores altamente qualificado e fortemente motivado trabalhando em tempo integral numa única escola, estaremos formando os tão decantados cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes para ocupar os postos do fervilhante mercado de trabalho de um país que viria a recuperar, a pleno vapor, sua capacidade produtiva. Estaria criado, por esse caminho, o tão desejado círculo virtuoso do desenvolvimento. (SAVIANI, 2009. p. 154).

Conscientes do árduo e híbrido caminho de ações a serem percorridos, encerramos as observações as alternativas ao futuro da formação docente e partimos à exposição e discussão dos resultados colhidos do labor desempenhado.

Resultados e discussões

Munidos das informações apresentadas, chegamos ao momento em que a busca por uma resposta a inquietação levantada, a de como suscitar reflexões sobre políticas públicas voltadas à capacitação docente em consonância com a conjuntura social do país e em conformidade com os anseios dos educandos, começa a ser laborada.

Os resultados colhidos demonstram que para dar consequência às medidas já tomadas, as políticas apresentadas e implantadas no Brasil, faltam a ocorrência de avanços expressivos no regime de colaboração entre os entes federados. Ao refletirmos acerca das citadas metas do PNE, as de número 15 e 16, nos deparamos com estratégias que preconizam atuação conjunta dos planos e entidades, com investimentos em formação inicial e continuada de professores.

Para Silva (2012 apud BARBOSA-SILVA, 2015) e Duboc (2012 apud BARBOSA-SILVA, 2015), a formação docente proposta visa a formação de um professor que considere aspectos de seu entorno, além de contribuir para a formação crítica no que diz respeito às futuras escolhas que serão feitas por esse profissional em sua prática pedagógica. Desta forma, o professor passará a ensinar os alunos a se relacionar com o mundo e a pensá-lo de formas diferentes, da forma como o outro pensa. Essas habilidades defendidas, de empatia e criticidade, são importantes para uma sociedade que anseia por cidadãos que detenham a capacidade de manejo com conflitos gerados pelas diferenças e de visualizar múltiplas perspectivas sobre diversas questões, ou seja, capazes de interagir com a heterogeneidade social latente.

Neste cenário de múltiplas necessidades de aprendizado, o papel do professor expande-se para um ambiente de planejamentos e suporte aos alunos durante seus processos de aprendizagem de maneira a reconfigurar as formas tradicionais de ensino e aprendizagem. A necessidade e o uso é que definem os saberes que variam de pessoa para pessoa e o contexto. Nessa perspectiva, o saber será sempre social, não abstrato. Nesse sentido, podemos interpretar a atitude de expandir os conteúdos das aulas para além do que é previsto nos referenciais curriculares, como um ato de agência docente. Ressaltamos a importância de os alunos desempenharem papel ativo em seus processos de aprendizagens. Nessa perspectiva, o aluno é incentivado a construir seu próprio conhecimento em um ambiente de aprendizagem propício a trabalhar com outras pessoas (colegas, pais e membros da comunidade) em relações horizontais de construção de conhecimento (KALANTZIS; COPE, 2012).

Uma vez discutidos os pensamentos e ideias aqui apresentados, partimos a tessitura de nossas conclusões, no item que segue.

CONCLUSÕES

A formação de professores e, em especial, as políticas públicas educacionais voltadas ao tema e as construções históricas que direcionam sua formulação foram o cerne da discussão aqui apresentada. Ao dedicarmos estudo ao PNE (2014-2024), passando por suas metas e estratégias relacionadas à formação inicial e continuada de professores, tivemos a oportunidade de analisar seu foco, sua viabilidade e refletir sobre seu papel no contexto da plena execução do plano. Vislumbramos um caminho sobre a realidade educacional brasileira referente à formação de professores, passando por alguns de seus marcos legais e dados contemporâneos fomentando nosso pensar acerca das novas necessidades de aprendizagem

decorrentes de um cenário de transformações nas formas de comunicação e interação e suas implicações para a formação de professores.

Por meio do que foi dito e apresentado dessas relações, esperamos ter iniciado a árdua tarefa de suscitar reflexões sobre políticas públicas voltadas à capacitação docente em consonância com a conjuntura social do país e em conformidade com os anseios dos educandos, uma vez que saímos dessa experiência de estudo transformados, renovados e inspirados a novos rumos em nossa carreira docente. Acreditamos que o aluno anseie por metodologias de ensino e aprendizagem que permitam negociações entre diferenças locais e globais, estendendo a amplitude e o alcance da sua educação para além das paredes da sala de aula tradicional, para além do ensino massificado.

Concluimos com a certeza de que um norte de profundas mudanças nas práticas pedagógicas dos professores está despontando. Nesse sentido, as leis, diretrizes e planos que tratam da formação docente precisam ser repensadas e revisadas continuamente, em especial aquelas que reduzem a formação e capacitação a um treinamento e instrumentalização da prática docente, além de maiores investimentos na valorização da carreira docente.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA-SILVA, T. R. C. **Um olhar situado sobre a ecologia de saberes no Pibid: multiletramentos críticos e formação de professores de Língua Inglesa**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2015.
- BORGES, M. C. AQUINO, O. F. PUENTES, R.V. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 42, p. 01-19, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.005: **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Decreto 6.755: **Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2009.
- BEMFICA, J. S. S. TEIXEIRA, N. R. AMORIM, M. C. S. Saberes pedagógicos necessários para uma prática docente reflexiva. **II Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar – UNIFIMES**, Goiás, p. 10, 2017. Disponível em: <<http://www.unifimes.edu.br/ojs/index.php/coloquio/article/viewFile/339/421>>. Acesso em: 21 mai. 2018.
- KALANTZIS, M. COPE, B. **New learning: Elements of a science of education**. Second edition. Port Melbourne, Victoria, 2012.
- RODRIGUES, A. B. ARAUJO, J. V. P. Políticas educacionais e formação de professores: novos desafios, velhas indagações. **Encontro de Pesquisa em Educação**, v. 1, p. 1, 2005.

- SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.** 2009. vol.14, n. 40, p. 143-155, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu>>. Acesso em: 22 mai. 2018.
- TOSCHI, M. S. **Formação de professores e TV Escola**. 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/1626t.PDF>>. Acesso em: 25 abr. 2018.